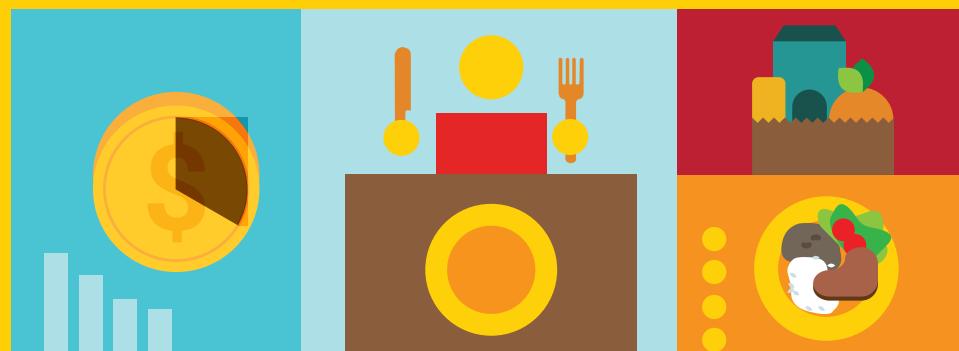


DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA E DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Avaliação aponta caminhos para melhorar focalização



Avaliação sobre os efeitos da desoneração de PIS/CONFINS sobre a Cesta Básica traz achados relevantes para o debate sobre a reforma tributária. Um primeiro é que a reoneração pode ser compensada por uma redução geral da alíquota para todos os bens de consumo, de forma a evitar aumento na inflação e efeitos negativos para o crescimento econômico. Além disso, o nível de taxação dos diferentes produtos da Cesta pode variar e incentivar a alimentação saudável. Parte do valor arrecadado com o fim da isenção poderia servir para ampliar transferências do Bolsa Família e, assim, mitigar as perdas dos mais pobres com a reoneração. Outros grupos que venham a experimentar perdas decorrentes da nova regra poderiam ser beneficiados pelo novo modelo de *cashback* (valor devolvido ao consumidor no ato da compra) em discussão.

POLÍTICA AVALIADA

Desoneração de PIS/COFINS sobre os produtos da Cesta Básica

RECURSOS ENVOLVIDOS

R\$ 34,7 BI

ANO DA AVALIAÇÃO

2021

CONCLUSÕES PRINCIPAIS



Política reduz preços médios da cesta em 5%



Focalização nos mais pobres pode melhorar



Alimentos pouco saudáveis fazem parte da lista

Entre 2017 e 2018, 37% dos domicílios, onde habitavam 85 milhões de brasileiros, vivenciaram algum grau de insegurança alimentar. Em 5% deles o quadro era de privações severas, podendo chegar à fome, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Tal situação atenta contra o direito de ter “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, conforme especificado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

Uma das políticas para combater esse quadro é a desoneração de tributos como o PIS/COFINS e o IPI de produtos da Cesta Básica. Tendo como referência o ano de 2023, o montante que o poder público deixou de arrecadar com essa estratégia chegava a R\$ 34,7 bilhões, o que equivalia a cerca de um quinto do gasto no mesmo ano com o Bolsa Família (R\$ 175,7 bilhões).

Uma avaliação feita em 2021, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, estimou que a estratégia reduz, em média, o preço dos produtos em 5%. No entanto, mesmo reconhecendo a importância e o impacto desta política, a avaliação indicou pontos de aperfeiçoamento.

Um deles é a exclusão de alimentos ultraprocessados. Esses são, em geral, produtos industrializados, que frequentemente contêm em sua composição aditivos químicos, prontos para o consumo ou para aquecimento, conforme o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, editado pelo Ministério da Saúde. Utilizando os critérios do Guia, a avaliação identificou que, dos 23 alimentos desonerados, 18 estavam alinhados a boas práticas nutricionais, mas cinco incluíam ultraprocessados, cujo consumo frequente representa risco à saúde.

Outro ponto de possível aprimoramento é que a maior parte dos gastos tributários associados à desoneração da Cesta Básica acabam direcionados aos grupos de maior renda. Isso é explicado principalmente pelo fato de o gasto geral das famílias mais ricas, em valores absolutos, ser obviamente maior, então uma política que reduz preços para todos termina beneficiando também aqueles que não precisariam desse incentivo.

ALIMENTAÇÃO PESA MAIS NO BOLSO DOS MAIS POBRES

Proporção das despesas com alimentação no total de consumo, segundo centésimos de renda familiar *per capita*

Mais pobres
Gastam cerca de
um quarto da renda
com alimentos



Fonte: POFs 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. Elaboração própria.

Mais ricos
O gasto com
alimentação é de cerca
de 10% da renda



Nesta análise, porém, é preciso considerar que, proporcionalmente, as despesas com alimentos da cesta básica consomem uma fatia muito maior do orçamento doméstico das famílias de menor renda, afinal, são produtos de primeira necessidade, que, em geral, só deixam de serem consumidos em situação de extrema vulnerabilidade. A desoneração tem, portanto, um impacto nada desprezível no bem-estar desse grupo. É pertinente, porém, questionar se há outros desenhos mais eficientes do ponto de vista da focalização.

Por se tratar de um tema tão sensível à população mais vulnerável, e com impactos relevantes na economia, foram feitas simulações com alternativas, sempre considerando efeitos colaterais indesejados. Por exemplo, o simples fim de desoneração desses produtos não apenas elevaria seus preços, como impactaria em indicadores de inflação, com prováveis consequências negativas nos juros e crescimento econômico. Isso geraria efeitos recessivos no emprego e na renda.

No entanto, há alternativas que podem amenizar esses efeitos. Uma das simulações considera o fim da desoneração acompanhada de uma redução geral de até 1,5 ponto percentual nas alíquotas de PIS-CON-FINS de todos os produtos, acabando assim com a diferenciação entre os produtos da Cesta Básica e os

R\$ 175,7 BI

Gastos previstos
com o Bolsa Família



R\$ 34,7 BI

Valor que o poder público
deixou de arrecadar com
essa estratégia



Em valores de 2023 (DGT base efetiva)
Fonte: Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas/2023

As despesas com alimentos da cesta básica consomem uma fatia muito maior do orçamento doméstico das famílias de menor renda, afinal, são produtos de primeira necessidade

demais. Essa solução compensaria a perda de renda das famílias, sobretudo as mais pobres, sem efeitos negativos sobre a inflação e a atividade econômica.

Possíveis impactos no poder de compra da população mais pobre podem também ser compensados com o aumento nos valores de programas sociais de transferência de renda. Pela simulação feita no estudo, um acréscimo de R\$ 20 a R\$ 30 no montante destinado às famílias de menor renda seriam suficientes para eliminar impactos negativos, mesmo num cenário simulado de aumento de 10% nos preços.

A combinação de redução de alíquotas de PIS-CON-FINS para todos os produtos com aumento nas transferências de renda, portanto, poderia trazer ganhos de eficiência econômica e redução de desigualdades, além de dar mais transparência ao orçamento público ao explicitar quem são os principais beneficiados por essas medidas. No entanto, riscos de efeitos colaterais com alto custo social não podem ser descartados.



CLIQUE AQUI ou acesse o
QRCode e leia os relatórios de
avaliação desta política